

Especialistas querem mais

O superávit primário recorde de 4,61% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004 não comoveu os especialistas. Depois de analisarem com lupa os números divulgados ontem pelo Banco Central, eles concluíram que o resultado só foi alcançado com folga por causa do aumento da arrecadação. "Infelizmente, os ajustes das contas públicas não têm a qualidade desejada. O ideal seria que o superávit decorresse, sobretudo, do corte de despesas. Mas o que temos visto é exatamente o contrário. O governo está ampliando os gastos com o custeio da máquina administrativa, que são permanentes. Ao menor sinal de desaquecimento da economia, os problemas vão aparecer", afirmou o economista Carlos Thadeu Filho, do Grupo de Conjuntura Econômica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para o economista-chefe do Banco ABN-Amro, Mário Mesquita, o mercado só se sentirá mais confortável com os resultados das contas públicas se o governo for mais ousado e aumentar a meta de superávit primário deste ano de 4,25% para 5% do Produto Interno Bruto (PIB). "Com certeza, a economia de recursos seria suficiente para cobrir as despesas extras com o atual aumento dos juros e manteria em queda a relação entre a dívida pública e o PIB", ressaltou. Mesquita destacou, porém, que a elevação do superávit não pode estar baseada em mais impostos, pois a sociedade não suporta mais pagar os desequilíbrios do setor público. "Chegou a hora de o ajuste ser feito pelas despesas do governo, como ocorreu em 2003. Espero que o presidente Lula tenha vontade política para isso", destacou.

Sem respaldo

O apelo dos especialistas não encontrou respaldo junto ao secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. Ao ser indagado sobre os cálculos do mercado financeiro de que o superávit primário teria que ser de 5% para que a relação entre a dívida e o PIB mantivesse a trajetória de queda, ele respondeu: "Eu não sei como essa conta foi feita, mas esse número é repetido com alguma insistência nos últimos dois anos, e a relação dívida/PIB vem caindo nesse período. A hipótese operacional com que temos trabalhado é a manutenção do superávit em 4,25% do PIB neste e no próximo ano", assinalou.

Levy enfatizou que, neste momento, não vê necessidade de o governo elevar o superávit primário, mesmo com o aumento da taxa básica de juros (Selic), de 16% para 18,25% representando um impacto adicional superior a R\$ 12 bilhões na dívida em 2005. "O importante é manter a administração que caracterizou 2004, um ano em que se manteve a disciplina fiscal", frisou.

(VN e Ricardo Allan)